

Desafios para a vivência de uma cultura política participativa em Moçambique

Tânia Machonisse

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

1 Introdução

1

O momento político moçambicano, marcado por protestos pós-eleitorais desde a década de 2010 até esta parte (2025), revela a crise de legitimidade que o governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), no poder há 50 anos (1975-2025), vem atravessando. Construído a partir de um legado histórico de unidade nacional que agregou os diferentes movimentos de luta contra o colonialismo português, a FRELIMO liderou os processos que conduziram à independência nacional a 25 de junho de 1975. Este partido político, de seguida, implementou um regime centralizado de gestão do Estado, assente na ideologia marxista-leninista que, no entanto, encontrou dificuldades para se efetivar. O regime estava apoiado num modelo de repressão de alternativas de pensamento ao seu ideal político, o que instigou o surgimento do movimento rebelde designado Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) com o qual travou uma guerra civil que decorreu de 1977-1992. Os Acordos Gerais de Paz de 1992, entre as duas partes, pôs fim ao conflito e abriu espaço para instauração de um Estado democrático em 1994, ano da realização das primeiras eleições multipartidárias no país. No entanto, resquícios da gestão centralizada e do movimento de guerrilha que sustentaram a filosofia da FRELIMO e da RENAMO, respetivamente, continua(ra)m ativos. Esta situação tem dificultado a transição efetiva dos processos de governação, administração e participação concordantes aos pressupostos da *Constituição* da República de Moçambique.

Do ponto de vista metodológico, este estudo alicerça-se na pesquisa bibliográfica sobre Cultura Política e sobre os fatores que contribuem para a instabilidade político-militar e social em Moçambique, bem como pela pesquisa documental baseada em artigos jornalísticos, *newsletters* e relatórios de ONGs moçambicanas e internacionais que fazem a descrição qualitativa e quantitativa dos indicadores que determinam a fraca qualidade democrática deste país. Esta metodologia apoiou na criação de evidência sobre: (i) os valores e atitudes que têm caracterizado a gestão dos partidos ditos de “oposição” em Moçambique e, (ii) na compreensão não apenas das fontes de instabilidade política em Moçambique, como também na forma como a FRELIMO se tem beneficiado das fragilidades dos partidos concorrentes, por um lado e, por outro, da partidarização das instituições de soberania, contribuindo para a manutenção do seu poder absolutista.

Objetivamente, o presente estudo pretendeu: 1) examinar a evolução histórica da FRELIMO e dos partidos de oposição (RENAMO, MDM e PODEMOS) e os valores e atitudes que caracterizam sua atuação política; 2) identificar os fatores que têm dificultado a transição efetiva para uma governança democrática, incluindo a partidarização das instituições de soberania; 3) avaliar, com base em fontes

bibliográficas e documentais, como os eventos político-eleitorais recentes refletem a continuidade de práticas centralizadoras e a persistência de crises de legitimidade em Moçambique.

Abaixo a descrição detalhada da metodologia aplicada.

2 Metodologia

Este estudo vale-se da pesquisa bibliográfica e documental para construir o percurso que ditou a Cultura Política centralizadora do partido governante FRELIMO e dos partidos de “oposição” com assento parlamentar em Moçambique: RENAMO, MDM (Movimento Democrático de Moçambique) e PODEMOS (Partido Optimista pelo Desenvolvimento de Moçambique). De forma sumária, a literatura indica que a pesquisa bibliográfica se orienta pela consulta da conceitualização científica existente sobre uma determinada temática em investigação. Utilizando, para isso, artigos, livros e outros documentos com validade científica para trazer à discussão diferentes abordagens sobre um tema que se pretende investigar. A pesquisa documental, por seu turno, recorre a diferentes artefatos usados para registrar a memória de um tempo e de um espaço determinados. Tais sejam: meios de comunicação social (música, filmes, jornais impressos e online, rádio, televisão, redes sociais digitais, fotografia e outros), pessoais (diários, cartas, retratos de família, fontes orais) e institucionais (leis, museus, arquivos). Portanto, diferentemente da pesquisa bibliográfica, a documental é mais abrangente e inclusiva em termos de fontes disponíveis (Piana, 2009; Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009; Lüdke; André, [1986] 2012; Lemos et al., 2015; De Souza; Giacomoni, 2021; Lima Júnior et al., 2021).

Em “Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa”, Eduardo Lima Júnior et al. (2021, p. 39) explicam que:

De acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani, (2009), a riqueza de informações que se pode ser extraído e resgatado dos documentos justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais, uma vez que possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural.

Esta contextualização histórico-cultural é importante na pesquisa documental pois, permite alinhar o artefato usado com os objetivos da pesquisa, situando o fenômeno em análise no tempo e no espaço em que foi produzido e, por conseguinte, enquadrar o seu uso na pesquisa em desenvolvimento. O artigo “Análise documental como ferramenta metodológica em História da Educação: um olhar para pesquisas locais” de José de Souza e Cristian Giacomoni (2021, p. 141) alude:

Porém, consideramos que nenhum documento apresenta neutralidade, à medida que são compostos por especificidades e intencionalidades e, por esse motivo, sua apreensão como uma verdade absoluta é impossível, pois se faz necessário compreender o documento no contexto da conjuntura histórica em que foi produzido (Le Goff, 2012).

Neste prisma, foi realizada uma revisão da literatura centrada no debate sobre Cultura Política, sua evolução conceitual, o contexto que ditou a sua linha de pesquisa voltada para estudos de compreensão dos parâmetros que asseguram a estabilidade e legitimidade de regimes democráticos (Almond; Verba, 1963; Heimer; Vala; Viegas, 1990; Dimond, 1994; Bernstein, 1998; Kuschnir; Carneiro, 1999;

De Castro, 2008; Moisés, 2008; Dalton; Welzel, 2014). Incluiu-se a reflexão sobre os desafios que os países, principalmente que derivam de processos de descolonização, enfrentam para implementar e sustentar a vivência de valores e atitudes participativas (Almond; Verba, 1963; Moisés, 2008; Dalton; Welzel, 2014). Adicionalmente, foram incorporados artigos científicos que explicam os processos de democratização em Moçambique e as suas principais fragilidades (Dinerman, 2007; Silva, 2016; Weimer, 2020; 2021; Vasco, 2022; Bussotti, 2023; Maschietto, 2023; Macuane, 2024).

Num segundo momento, a pesquisa documental foi efetivada por meio da imprensa online moçambicana e internacional. Esta envolveu a análise de cerca de duas dezenas de periódicos online sobre os principais eventos que marcaram a política moçambicana nas décadas de 2010 a 2020. Estes artigos jornalísticos foram selecionados de forma aleatória, segundo o assunto ou temática em análise: conflito político-militar em Moçambique; crise política na RENAMO e no MDM; Eleições em Moçambique (gerais: 1994, 1999, 2004, 2009, 2014, 2019 e 2024 & autárquicas: 1998, 2003, 2008, 2013, 2018 e 2023); Venâncio Mondlane e o PODEMOS; Assassinatos de Elvino Dias, Paulo Guambe, Anastácio Matavel e de Gilles Cistac que foram vozes que se evidenciaram na busca por abertura de espaços de partilha de poder e justiça eleitoral em Moçambique; Protestos pós-eleitorais 2023, 2024 e 2025 em Moçambique. Fazem, igualmente, parte da pesquisa documental consultada também de forma aleatória de publicações (*newsletters* e relatórios online) de ONGs da sociedade civil moçambicana (Centro para a Democracia e Direitos Humanos-CDD e Instituto para Democracia Multipartidária-IMD) e do *Democracy Index* 2024 (Economist Intelligence, 2025) sobre temáticas relativas às crises políticas e militares, democracia e participação política em Moçambique e processos eleitorais que decorreram em 2023 e 2024. Estas publicações e estes relatórios corporizam os dados qualitativos e quantitativos que evidenciam não apenas a fraca qualidade democrática, como servem de indicadores sobre valores e atitudes que contribuem para que Moçambique esteja se constituindo num Estado autoritário.

Abaixo, segue a revisão da literatura sobre os objetivos e importância dos Estudos sobre Cultura Política.

3 Cultura Política: evolução conceitual

As experiências incutidas nos diferentes Estados-nações sobre como as pessoas participam na definição de diretrizes e condutas que permitam uma vida social estável, a forma como se tem assegurado as condições para uma vivência social harmônica, onde os interesses dos diferentes grupos sociais sejam respeitados e estejam representados, orientam os estudos sobre Cultura Política. É, essencialmente, sobre a capacidade de envolvimento e sentido de comprometimento dos grupos sociais nas dinâmicas que direcionam ao progresso social a que se dedica a área científica da Cultura Política (Almond; Verba, 1963; Heimer; Vala; Viegas, 1990; Dimond, 1994; Berstein, 1998; Kuschmir; Carneiro, 1999; De Castro, 2008; Moisés, 2008; Dalton; Welzel, 2014). A literatura explica que a predominante tendência desta vertente de estudos para documentar os critérios que têm permitido a implementação e a evolução de regimes democráticos ao redor do mundo, em detrimento de outros regimes políticos, deve-se ao fato de que as primeiras atividades científicas sobre esta matéria terem emergido após o término da Segunda Guerra Mundial e do declínio dos movimentos políticos de orientação marxista-leninista, a nível global. Estas circunstâncias, indicam os autores em referência,

abriram campo para a ênfase na valorização dos direitos humanos, por um lado e, por outro, para a “opção” por regimes democráticos em Estados-nações que nasciam após o fim do jugo colonial.

Neste sentido, cabe indicar que os estudos sobre Cultura Política têm o seu marco temporal na década de 1960 com o lançamento do livro “*The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*” (1963) nos Estados Unidos da América (EUA), de autoria de Gabriel Almond (1911-2002) e Sidney Verba (1932-2019). Várias críticas incidem sobre este livro pelo fato de buscar nas experiências da Inglaterra e dos EUA, a unidade de medida da qualidade democrática de outros países, nomeadamente Alemanha, Itália e México, países que foram, igualmente, o foco deste manuscrito. Ainda assim, o mérito deste documento científico reside na análise das condições que orientaram o surgimento da democracia, enquanto regime político e orientação legislativa e social. Mais, este livro define três principais tipologias de Cultura Política existentes nas diferentes sociedades: paroquiais, de sujeição e de participação.

Segundo Almond e Verba (1963, p. 17-20), as sociedades paroquiais tendem a ser regidas por um sistema político tribal, que mescla as forças políticas, econômicas e religiosas numa única entidade. Neste contexto, os membros destas sociedades nutrem um sentido de autonomia e visão da relevância política das suas ações, enquanto possibilidade de promoção de mudança social, pouco desenvolvidos. Por seu turno, as sociedades de sujeição, embora sejam regidas por separação de poderes e possuam algum grau de vivência democrática, os seus cidadãos e as suas cidadãs não apenas são pouco estimulados a participar ativamente nos processos de tomada de decisão, como desenvolvem, por consequência, uma atitude passiva na relação com as entidades governativas. Por fim, as sociedades de participação são as mais próximas da concretização do projeto democrático, isto é, de uma Cultura Cívica – “*civic culture*” – uma vez que os seus membros denotam uma atitude ativa sobre a vida política e administrativa de suas sociedades.

Em “A Cultura Política”, Serge Bernstein (1998, p. 359) evidencia que “a verdadeira aposta está em compreender as motivações que levam o homem a adoptar este ou aquele comportamento político”. Adicionalmente, esta área de estudos apoia no “entendimento do fenómeno de participação ou de compromisso político” (Bernstein, 1998, p. 359). Paralelamente, os valores e atitudes dominantes, que resplandecem dessa participação e compromisso, definem a Cultura Política de um determinado contexto social como sendo paroquial, de sujeição e de participação. A convivência entre as diferentes tipologias de Cultura Política deve tender a privilegiar atitudes e modelos de envolvimento político que promovam e assegurem a prevalência de uma sociedade participativa de forma individual e coletiva. Estas características potencializam a democratização dos processos governativos, administrativos e de tomada de decisão. Assim mesmo, Almond e Verba (1963, p. 3-4) já postulavam que a propensão da política global seria para a “explosão” da cultura participativa/cívica. Para estes autores, através desta “explosão” os cidadãos e as cidadãs, principalmente das novas nações que emergiam na Ásia e África, reivindicariam espaços de participação dentro dos seus sistemas políticos. Almond e Verba (1963) defendiam, também, que o modelo ocidental em vigor nos EUA e na Inglaterra seria não apenas exportado, como serviria de instrumento de avaliação. Todavia, o que se mostrava incerto era se tal pendor encontraria regimes já democratizados ou totalitários. Estas duas possibilidades, asseguram os escritores, ofereceriam a oportunidade de seus cidadãos e de suas cidadãs se acomodarem dentro dos

processos políticos e governativos como participantes “efetivos” ou participantes de “sujeição”, respectivamente:

Though this coming world political culture appears to be dominated by the participation explosion, what the mode of participation will be is uncertain. The emerging nations are presented with two different models of the modern participatory state, the democratic and the totalitarian (Almond; Verba, 1963, p. 4).

Este postulado de que a Cultura Política global tenderia, ainda que sustentada em sistemas totalitários, para uma vertente de participação e de demandas sociais que instigassem a implementação e efetivação de regimes democráticos participativos se tem mostrado, no cenário do século XXI, uma realidade já em evidência. Neste momento, incluem-se, neste debate, algumas abordagens que têm orientado a literatura no campo de elementos da Cultura Política necessários para a consolidação de sociedades de participação.

4 Que caminhos para a legitimação de governos democráticos?

Um ponto de convergência na literatura sobre os desafios enfrentados em sociedades em estágio de implementação de regimes democráticos é transcender o entendimento de legitimação plena dos governos somente por via de pleitos eleitorais. Esta via não permite reconhecer outras vias, igualmente democráticas, de participação na gestão administrativa/governativa das sociedades. De outro prisma, a literatura mostra que os parâmetros de avaliação dos mecanismos de participação e consolidação democrática se mostram mais flexíveis e ajustados aos reais contextos sociais, econômicos, tecnológicos, culturais, históricos e políticos onde os processos democráticos se operam. Estes parâmetros estão menos dependentes dos modelos estabelecidos por Almond e Verba (1963), que usavam como bússola os EUA e a Inglaterra. A título de exemplo, em “*Political culture and value change*”, os autores Russell J. Dalton e Christian Welzel (2014, p. 2) defendem que as sociedades globais se têm tornado mais críticas e “assertivas”, no que respeita a atitudes de participação cívica. Este fato faz com que as sociedades não se acomodem em modelos paroquiais, de sujeição e de participação definidos por Almond e Verba (1963). O que significa que a “Cultura Cívica” que se assentava nos processos políticos dos EUA e Inglaterra mostra-se obsoleta, devido à valorização e o respeito em relação às dinâmicas singulares de cada Estado-nação. O artigo “Cultura Política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira”, de José Álvaro Moisés (2008), reforça a tese de que as democracias que vão surgindo ao longo da história possuem características distintas, muitas vezes imbuídas em regimes centralizadores e que buscam nos pleitos eleitorais, não raras vezes questionáveis, a sua legitimação. Aclara o autor, “[...] numa perspectiva comparativa, o resultado do processo de democratização das últimas décadas mostrou que os novos regimes são bastante diferentes entre si e que não existe uma única via para a institucionalização da democracia” (Moisés, 2008, p. 2).

Nestes cenários as questões de pesquisa para os estudos de Cultura Política deixam de ser: até que ponto as sociedades se aproximam da “cultura cívica” definida por Almond e Verba como a mais próxima dos parâmetros norte-americanos e britânicos; para passarem a indagar sobre a “qualidade” da vivência democrática no sentido de exercício das liberdades consagradas à luz dos compromissos

assumidos pelos Estados-nações na implementação e efetivação dos seus sistemas democráticos. Moisés (2008, p. 13) se posiciona nos seguintes termos:

No Leste europeu, na Ásia e na América Latina, países que consolidaram processos eleitorais competitivos convivem com a existência de governos que violam os princípios de igualdade perante a lei, usam a corrupção e a malversação de fundos públicos para realizar seus objetivos e impedem ou dificultam o funcionamento dos mecanismos de *accountability* vertical, social e horizontal. Nesses casos, o que está em questão não é se a democracia existe, mas a sua qualidade.

É neste espírito que se pretende, nas próximas páginas, construir um debate que ajude a ilustrar o contexto histórico que definiu e tem definido os “valores e atitudes” que permeiam a Cultura Política de Moçambique.

5 Legado da militarização política no contexto pós-eleitoral moçambicano

A literatura consultada é unânime em afirmar que Moçambique tem vindo a regredir nos processos de democratização e manutenção da paz e/ou estabilidade político-militar alcançados em 1992. Evidencia-se que, depois do primeiro Acordo Geral de Paz (AGP), assinado a 4 de outubro de 1992, seguiram-se mais dois. O segundo, a 5 de setembro de 2014, Acordo de Cessação de Hostilidades, pelo ex-Presidente Armando Guebuza (liderou de 2004-2014) e o falecido líder partido RENAMO, Afonso Dhlakama (liderou de 1979-2018). O terceiro, a 6 de agosto de 2019, Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo, pelo ex-Presidente da República, Filipe Nyusi (liderou de 2014-2024) e o atual líder da RENAMO, Ossufo Momade (liderou de 2018-). Estes dois últimos Acordos de Paz, firmados num contexto multipartidarismo em Moçambique, foram consequência de hostilidades político-militares entre a RENAMO e as forças governamentais da FRELIMO. Estas hostilidades foram motivadas por alegações de fraudes eleitorais e inflexibilidade da FRELIMO em abrir espaços de partilha de poder com os partidos da “oposição” que reivindicam vitória em províncias e autarquias nas quais detinham maior número de votos (Dinerman, 2007; Silva, 2016; IMD, 2020, 2021a, 2021b, 2023; Weimer, 2020; 2021; Vasco, 2022; Bussotti, 2023; Maschietto, 2023; Macuane, 2024). A publicação “Reconciliação de Maputo: um ano depois - lições e cenários” do IMD (2020, p. 3) explica: “a discussão das matérias relacionadas à paz no país foi sempre acoplada aos processos eleitorais. Este facto interferiu constantemente na lucidez desejável na abordagem da essência das questões militares, distante das pressões e jogos políticos e eleitorais”. Assim aconteceu porque a RENAMO, valendo-se das suas reservas bélicas e da sua ideologia de guerrilha, instaurou um movimento de contestação e protesto militarizado contra os resultados eleitorais que davam (e continuam dando) vitória a FRELIMO. A opção pela via bélica adotada pela RENAMO também tem a ver com a partidarização das instituições que gerem os processos eleitorais em Moçambique (Comissão Nacional de Eleições – CNE e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral – STAE). Em “Os desafios e a resiliência da democracia em Moçambique”, Roberta Maschietto (2023, p. 165) evidencia:

Soma-se a isso o carácter politizado da Comissão Nacional Eleitoral (além das constantes alterações da lei eleitoral) e a sua capacidade e eficácia para fiscalizar o processo eleitoral,

[...], refletido no acesso discrepante aos recursos para a campanha política que favorece a Frelimo.

No mesmo contexto de contestação pós-eleitoral, o IMD (2023, p. 4) também relata:

Apesar da regularidade na realização de processos eleitorais [gerais: 1994, 1999, 2004, 2009, 2014, 2019 e 2024 & autárquicas: 1998, 2003, 2008, 2013, 2018 e 2023], estes têm sido marcados por pouca transparência, acusações de fraudes, distúrbios; o que agrava as desconfianças entre os principais partidos políticos. As eleições passaram a ser o motor para novos conflitos no contexto multipartidário. Em certos casos, os conflitos pós-eleitorais conheceram dimensão armada, tendo resultado na assinatura de novos acordos de Paz em 2014 e em 2019 respetivamente.

Embora, desde 2009, o parlamento moçambicano contasse com o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) liderado por Daviz Simango (liderou de 2009-2021), dissidente da RENAMO, o movimento de contestação pós-eleitoral militarizado sempre foi liderado pela RENAMO. É neste espírito que os Acordos de Paz de 2014 e 2019 intentavam retomar a efetivação do processo de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) das forças residuais da RENAMO, cujo AGP de 1992 não conseguiu concretizar. O Acordo de Cessação de Hostilidades de 2014 fracassou, apesar de ter possibilitado as necessárias tréguas para dar espaço à realização das V eleições gerais daquele ano. Os motivos deste fracasso prenderam-se, dentre outros, pela perda das V eleições gerais pelo partido RENAMO, mais uma vez, por alegações de fraude eleitoral. Foi desta forma que, entre os anos de 2015 e 2016, deu-se o início de novas hostilidades militares envolvendo a RENAMO e as forças governamentais da FRELIMO (IMD, 2020, 2021a, 2021b, 2023; Weimer, 2020; Bussotti, 2023; Maschietto, 2023). No entanto, em 2018, Afonso Dhlakama perde a vida por doença. Sob a nova liderança de Ossufo Momade a RENAMO dá corpo ao Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo [cidade capital de Moçambique] de 2019. Neste âmbito se efetiva:

o processo de desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR), que consistia no encerramento de todas as bases militares da RENAMO e na desmobilização do exército deste partido, [que] tornou-se possível graças à boa vontade e colaboração do novo líder da RENAMO, Ossufo Momade (Bussotti, 2023, p. 76).

Sucedem, porém, que sem o seu poder bélico de contestação a RENAMO e, por conseguinte, Moçambique experimentam pela primeira vez a vivência de manifestações pós-eleitorais desmilitarizadas, o que não se traduziu, necessariamente, em pacíficas. Isto porque à luz da efetivação do DDR, confirma-se que as instituições de gestão dos processos eleitorais em Moçambique (CNE e STAE) e os órgãos de soberania, nomeadamente o Conselho Constitucional (CC), não respondem às demandas de um Estado livre, independente e participativo. Estas entidades têm servido de plataforma de legitimação do poder da FRELIMO como força governante em Moçambique, impedindo, inclusive, que novos e promissores partidos/atores políticos participem dos processos eleitorais. Em “Crise e conflito: a Economia Política da conflitualidade em Moçambique na perspectiva dos arranjos políticos”, José Jaime Macuane (2024, p. 6) afirma:

O exemplo mais claro é o das instituições de gestão eleitoral, a Comissão Nacional de Eleições, o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e o Conselho Constitucional (CC), que funcionam como mecanismos de manutenção do poder da coalizão governante, mas também têm exercido a função de guardiões à entrada de novos actores políticos.

Neste contexto, revela-se a fragilidade não somente das instituições públicas de implementar os preceitos democráticos que garantem o direito a todos os cidadãos e todas cidadãs de participarem no espaço político, como também o retrocesso que, paradoxalmente, a efetivação do DDR causou no processo de cedência de partilha de poder em Moçambique:

A desativação da última base da RENAMO é um passo importante no processo de construção e consolidação da Paz e Democracia no país, sendo que pela primeira vez, a RENAMO passa a ser um partido totalmente civil. Resultante deste marco histórico, as eleições de 2023/24 poderão ser as primeiras a serem realizadas sem que nenhum partido tenha armas em sua posse (IMD, 2023, p. 4).

Ora, as eleições autárquicas de 2023 e as gerais de 2024 não apenas legitimaram a vitória esmagadora da FRELIMO, como foram uma das mais fraudulentas e contestadas na história de Moçambique. Como testemunha a publicação “Política moçambicana” do Centro para a Democracia e Direitos Humanos (CDD, 2024, p. 1):

Moçambique vive, desde o dia 21 de Outubro [2024], momentos de tensão e instabilidade, em resultado das manifestações populares que contestam os resultados das eleições de 9 de Outubro [2024], consideradas as mais fraudulentas desde as eleições instaladoras da democracia em 1994.

8

Mais, as eleições gerais de 2024 (9 de outubro) trouxeram um novo partido político: o PODEMOS (Povo Optimista para o Desenvolvimento de Moçambique), que se tornou na segunda força política, destronando a RENAMO, que caiu para o terceiro lugar, e o MDM, que ocupa a quarta posição na representação parlamentar. Este novo marco histórico e político em Moçambique tece uma caminhada desconhecida no percurso que se seguirá nos próximos cinco anos para o qual, tanto a RENAMO e o MDM tiveram um contributo essencial. Como será discutido, nas próximas páginas, a Cultura Política interna dos partidos políticos de “oposição” em Moçambique é antidemocrática e, à semelhança da FRELIMO, num nível micro, caracteriza-se por ser centralizadora e adversa a vozes alternativas.

6 Déficits democráticos internos nos partidos de oposição em Moçambique

Neste plano de análise, argumenta-se que o fechamento de espaços para alternância de poder nos partidos de “oposição” em Moçambique tem revelado as fragilidades democráticas internas dos mesmos. Este fato, por outro lado, tem servido de porta de oportunidade para que os dissidentes criem partidos políticos. Por outro, estes novos partidos e os seus líderes repetem o mesmo ciclo de “combate” àqueles que ousam manifestar o seu interesse em ocupar cargos de liderança. Neste contexto, a RENAMO surge como movimento de guerrilha, no cenário de inibição de pluralismo político no governo socialista da FRELIMO (Dinerman, 2007; Maschietto, 2023). O MDM, por sua vez, surge pela ameaça que Daviz Simango representou ao antigo líder do partido RENAMO, Afonso Dhlakama

(Chichava, 2010; Silva, 2016). Em “Movimento Democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana?”, Sérgio Chichava (2020, p. 4) indica: “na sequência da expulsão por parte da Renamo de um dos seus principais líderes, Daviz Simango, em Setembro de 2008, foi criado na Beira, capital de Sofala, em Março de 2009, um novo partido, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM)”. Por seu turno, o PODEMOS apoia a candidatura às presidenciais de Venâncio Mondlane (2024), que também é dissidente do partido MDM (2013). Venâncio Mondlane deixou o MDM e filiou-se à RENAMO (2018), onde não encontrou espaço para concorrer para líder deste partido em 2024. A imprensa evidencia: “‘divórcio’ no Movimento Democrático de Moçambique: Venâncio Mondlane abandona o MDM e dirigentes de Maputo aderem à Renamo” (“DIVÓRCIO”..., 2024).. “Venâncio Mondlane excluído dos candidatos à presidência da moçambicana Renamo” (VÊNANCIO..., 2024). “O Partido Optimista pelo Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS) anunciou, ontem [21 de agosto de 2024], o seu apoio a Venâncio Mondlane, candidato a Presidente da República, nas eleições de 9 de Outubro” (PODEMOS..., 2024).

O que se tem registado, porém, é a alternância de liderança política por via da morte dos fundadores da RENAMO e do MDM. Este panorama não tem permitido uma transição preparada e estratégica dos sucessores dos líderes fundadores dos partidos de “oposição” em Moçambique. A cultura de “caça às bruxas”, que se manifesta toda vez que membros dos partidos políticos ganham popularidade e destaque político pelo seu desempenho, tem sido nefasta tanto para a RENAMO como para o MDM. Desde as primeiras eleições multipartidárias (1994) até ao fim da sua vida em 2018, o antigo líder da RENAMO, Afonso Dhlakama (1953–2018), concorreu como candidato às presidenciais. O IMD (2023, p. 7) na sua publicação intitulada “Fim do DDR em Moçambique: que caminhos para o futuro?” mostra que:

Afonso Dhlakama foi sempre incontornável na RENAMO. Até a sua morte em Maio de 2018, vítima de doença, na Serra da Gorongosa [província Central de Sofala], era ele quem conhecia todos os dossiers políticos de negociação com o Governo. Tinha o controle político e militar do partido. Concorreu todas as eleições presidenciais e tinha um carisma próprio na forma de comunicar com os membros e com os eleitores.

A mesma publicação relata as consequências desastrosas que esta liderança centralizadora e sem possibilidade de alternância deixou no partido RENAMO. Surge, pela primeira vez, desde a formação deste partido, a necessidade de pensar num líder substituto capaz de, em pouco tempo, coordenar e orientar o partido para as eleições autárquicas de 2018 e presidenciais de 2019. Bem como de conduzir as negociações do Terceiro Acordo de Paz, ora em curso. O IMD descreve que foi nestas circunstâncias que, de forma rápida e despreparada, foi indicado Ossufo Momade como “Coordenador Interino da Comissão Política, nomeado pelos seus pares e a partir de Janeiro de 2019 como Presidente do partido eleito no VI Congresso da RENAMO, para um mandato de cinco anos” (IMD, 2023, p. 8). Conflitos internos, óbvios, surgiram deste processo apressado e inesperado que ditou a indicação do novo líder da RENAMO, culminando com a formação da Junta Militar chefiada pelo general e ex-combatente da RENAMO, Mariano Nhongo (Weimar, 2020; Vasco, 2022; Bussotti, 2023; IMD, 2023). Esta Junta Militar reivindicava os termos e condições nos quais estava sendo orientado o processo de DDR. Esta organização não reconhecia a legitimidade de Ossufo Momade como líder do partido e, por

consequente, representante dos interesses da RENAMO nas negociações com o governo da FRELIMO. Este movimento militarizado do general Nhongo iniciou uma série de ataques militares a civis na região Centro de Moçambique. No entanto, a falta de uma agenda reivindicativa clara e sem recursos que permitissem melhor organização do movimento, este foi desmantelado e o seu líder morto em 2021 (Bussotti, 2023).

Noutro plano está o antigo e falecido líder do MDM, Daviz Simango (1964-2021). Este, tendo concorrido, pela primeira vez, às presidenciais de 2009, seguiu sendo o candidato a todas as eleições presidenciais e autárquicas pela cidade da Beira, capital provincial de Sofala, Centro de Moçambique, onde permaneceu presidente daquele município até a sua morte em 2021. O percurso político de Daviz Simango ganha notoriedade quando é indicado pelo então líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, como candidato à autarquia da cidade da Beira, nas segundas eleições municipais de novembro de 2003, nas quais se sagrou vencedor. “Daviz Simango obteve 53,43% dos votos e o seu partido, 54,54%, tendo o seu mais directo adversário, Djalma Lourenço, da Frelimo, obtido 42,23%, e o partido Frelimo, 41,25%”, demonstra Chichava (2010, p. 10). No entanto, cinco anos mais tarde, em 2008, Daviz Simango encontra resistência e vozes contrárias, dentro do partido RENAMO, à sua candidatura para um segundo mandato naquela autarquia. Chichava (2010, p. 11) explica:

Em certa medida, a expulsão de Daviz Simango assemelha-se à do antigo vice-presidente da Renamo, Raul Domingos, expulso em 2000 sob a alegação de ter traído o partido. Com efeito, este também era constantemente referenciado como o mais indicado para liderar a Renamo no lugar de Afonso Dhlakama. O facto de, por diversas vezes, Daviz Simango ter sido considerado interna e internacionalmente o melhor presidente municipal em Moçambique, recebendo várias distinções (Canal de Moçambique: 22 de Maio de 2007; Canal de Moçambique: 1 de Junho de 2009), ofuscando a figura de Afonso Dhlakama, terá certamente contribuído para certos círculos desiludidos com a actuação do líder da Renamo verem em Daviz Simango a pessoa capaz de dar um rumo a este partido e evitar o seu declínio.

Sucedeu que Daviz Simango e o seu novo partido MDM venceram as eleições autárquicas de 2008, na cidade da Beira. Simango e o MDM angariaram, nas eleições gerais de 2009, oito assentos parlamentares, formando a terceira força política em Moçambique, fato inédito, naquela altura, na história de Moçambique democrático. A RENAMO, porém, perdeu assentos parlamentares e, mais uma vez, o seu líder não conseguiu vitória nas eleições presidenciais de 28 de outubro de 2009. A FRELIMO foi quem mais ganhou com a exposição das cispações dentro da RENAMO. A publicação “Futuro do Parlamento em Moçambique” indica:

Face aos resultados, a Frelimo, que, na anterior legislatura tinha 160 deputados, passa a ter mais 31, isto é, 191. A RENAMO, que em 2004 tinha conseguido 60 lugares, conta agora com apenas 51. A grande surpresa é o Movimento Democrático de Moçambique, MDM, partido com menos de um ano de existência legal, e já com oito assentos parlamentares (FUTURO..., 2009).

Nas eleições autárquicas de 2013, o MDM aumentou o número de autarquias¹ sob a sua liderança, sobretudo no Centro e Norte do país: Beira, Quelimane, Gurúé² (Centro) e Nampula (Norte). O

¹ “Frelimo lidera perdendo Beira, Quelimane e Gurúé”: Com todos os votos contados, a Frelimo, no poder em Moçambique, venceu as eleições municipais em Gondola, no centro do país. O MDM (Movimento Democrático de Moçambique) ganhou na

MDM elegeu Daviz Simango, Manuel de Araújo, Orlando Janeiro e Mahamudo Amurane como os respectivos edis. Este partido político obteve resultados encorajadores na cidade capital de Moçambique, Maputo, onde Venâncio Mondlane foi o seu candidato. No entanto, em 2017, o MDM faz manchete na imprensa nacional e internacional por alegações de autoritarismo do seu falecido líder Daviz Simango. Estas alegações partiram do edil de Nampula, Mahamudo Amurane que, perante acusações de perseguição política face a gestão daquele município, torna público a probabilidade de se recandidatar às eleições municipais de 2018 sem o suporte do MDM. O jornal @Verdade relatou:

'Futuro de Mahamudo Amurane no MDM será decidido no Dezembro próximo': A recandidatura do edil de Nampula, Mahamudo Amurane, nas eleições autárquicas de 2018, pode estar fora de cogitação e a sua continuação ou não no Movimento Democrático de Moçambique (MDM) será decidido em Dezembro próximo, no congresso desta formação política, disse o secretário-geral, Luís Boavida. O MDM vive momentos de tensão devido a um braço-de-ferro que opõe Daviz Simango e Mahamudo Amurane (FUTURO DE MAHAMUDO..., 2017).

Porém, Mahamudo Amurane viria a ser barbaramente assassinado, no dia das celebrações da Paz em Moçambique, a 4 de outubro de 2017. As razões deste crime continuam, contudo, por esclarecer. A *Deutsche Welle/Voz da Alemanha* - DW informou: "em Moçambique, o edil de Nampula foi assassinado. Mahamudo Amurane foi baleado esta tarde (04.10.) com três tiros. E não resistiu aos ferimentos, de acordo com a directora clínica do Hospital Central de Nampula" (Lutxeque, 2017). No ano seguinte, 2018, o MDM vê-se cada vez mais afundado em crise de gestão interna. Em sequência, Manuel de Araújo (edil da cidade de Quelimane, Centro de Moçambique) deserta para RENAMO, de onde havia saído para se aliar ao MDM aquando da crise interna da RENAMO (2008-2009) que levaram a expulsão de Daviz Simango (Tavares, 2018). Na mesma senda, Venâncio Mondlane deixa o MDM e aceita o convite do falecido líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, para integrar os quadros deste partido e concorrer às autárquicas de 2018 como candidato à cidade de Maputo (VENÂNCIO MONDLANE..., 2018). Contudo, Venâncio Mondlane e a RENAMO não puderam avançar com esta candidatura por alegações de irregularidades no processo (CNE..., 2018). Fica patente que as lições por parte de Daviz Simango não foram aprendidas, o que deu início a um ciclo de declínio do MDM que, nas eleições autárquicas de 2018, só conseguiu manter o município da Beira (Darame, 2018). Três anos depois, a 22 de fevereiro de 2021, o MDM perde o seu líder e fundador, vítima de doença. Nestes termos, a história repete-se. O

11

Beira, Quelimane e Gurúé, apurou o Expresso (FRELIMO..., 2013). "MDM lidera em Nampula e população exige cumprimento de promessas": Segundo os dados provisórios divulgados pela CNE e pelo STAE, Mahamudo Amurane, do Movimento Democrático de Moçambique, lidera a contagem dos votos das autárquicas de Nampula. População já tem pedidos para o novo edil (Carvalho, 2013).

² Foram repetidas as eleições e os resultados confirmados em 2014: "MDM venceu eleição repetida no Gurúé": Segundo aqueles números, divulgados hoje pelo Boletim sobre o processo político em Moçambique, Orlando Janeiro, candidato do MDM, obteve 7.812 votos (55% do total), contra 6.385 votos (45%) conquistados por Jahanguir H. Jussub, o candidato da Frelimo, partido no poder. Nas anteriores eleições, realizadas em 20 de novembro de 2013, mas mandadas repetir pelo Conselho Constitucional de Moçambique, por "irregularidades graves", o candidato da Frelimo tinha alcançado a maioria dos votos, num número de escrutínios que manteve agora, mas que se revelou insuficiente perante o aumento, em 1.100 votos, da votação obtida no sábado pelo seu adversário do MDM. O MDM ganhou igualmente, com 54%, a votação para a assembleia municipal de Gurúé, conhecida como a capital do chá, localizada numa região remota da província da Zambézia. A confirmar-se esta vitória, o MDM passa a gerir quatro municípios: Beira (capital da província de Sofala), Nampula (capital da província de Nampula), Quelimane (capital da província da Zambézia) e Gurúé, enquanto a Frelimo governa as restantes 49 autarquias (MDM..., 2014).

MDM não conseguiu servir-se do exemplo da RENAMO e, igualmente, só foi possível haver alternância de liderança naquele partido por morte do seu líder. A liderança deste partido foi tomada por votação (87,9%) num congresso realizado na cidade da Beira em dezembro de 2021, por Lutero Simango, irmão mais velho de Daviz Simango, que na altura desempenhava o cargo de chefe da bancada do MDM na Assembleia da República de Moçambique (LUTERO..., 2021). Por outras palavras, não se tem atentado às dinâmicas internas, no que se refere às vozes promissoras dentro destes partidos que, com alguma audácia, aspira(ra)m ascender a patamares de liderança que lhes são/foram vedados.

Este argumento encontra fundamento nas eleições internas da RENAMO de maio 2024, ocorridas durante o VII Congresso, realizado na província Central da Zambézia. Neste processo interno, a RENAMO veda a candidatura de Venâncio Mondlane à liderança deste partido (MONDLANE..., 2024), o que leva com que este candidato renuncie ao mandato de deputado e membro do partido RENAMO, a 3 de junho de 2024. Depois de uma longa jornada para encontrar espaço legal que permitisse se candidatar às presidenciais de 9 de outubro de 2024, Venâncio Mondlane é acolhido pelo partido, até então, extraparlamentar PODEMOS³. Este partido foi formado em maio de 2019 e é liderado por Albino Forquilha dissidente da FRELIMO. Depois do anúncio dos resultados eleitorais de 2024 pela CNE que deram vitória expressiva a FRELIMO, uma onda de protestos pós-eleitorais foi liderada por Venâncio Mondlane. A agência noticiosa *Euronews* aponta:

Com 65,17% dos votos, Conselho Constitucional proclamou Daniel Chapo vencedor das presidenciais. [...] 'Proclama eleito Presidente da República de Moçambique o cidadão Daniel Francisco Chapo', anunciou a presidente do Conselho Constitucional, Lúcia Ribeiro, ao fim de uma hora e meia de leitura do acórdão de proclamação. A confirmação surge após mais de dois meses e meio de contestação no país e de protestos que vitimaram 130 pessoas. Segundo o Conselho Constitucional, em segundo lugar ficou Venâncio Mondlane, do Podemos, com 24,19% dos votos, seguido de Ossufo Momade, da Renamo, com 6,62%, enquanto o líder do Movimento Democrático de Moçambique (MDM), Lutero Simango, obteve 4,02% (CONSELHO..., 2024).

No entanto, divergências entre Venâncio Mondlane e o PODEMOS iniciaram em janeiro de 2025. Quando este partido e o seu líder, Albino Forquilha, decidiram, sem a concertação com candidato às presidenciais, tomar posse dos assentos parlamentares que obtiveram como segundo colocado nas referidas eleições. A DW reportou:

O partido PODEMOS e o candidato presidencial Venâncio Mondlane estão de costas voltadas. Este fim de semana, reagindo ao anúncio da tomada de posse dos 43 deputados eleitos pelo PODEMOS no próximo dia 13 de Janeiro, Mondlane emitiu um comunicado em que refere que 'estando o estimável presidente Albino Forquilha numa série de pronunciamentos públicos e políticos que vão na contramão do acordo [pré-eleitoral entre ambos], urge alertar ao povo moçambicano e aos demais destinatários que tais decisões, pronunciamentos públicos, políticos, acordos e negociações são nulos e de nenhum efeito por violar o espírito e letra do acordo supracitado'. Diversos círculos da crítica moçambicana referem que a atitude do PODEMOS é ambição pelas regalias na Assembleia da República (AR). Por isso, também neste

³ Povo Otimista para o Desenvolvimento de Moçambique (PODEMOS) é composto por dissidentes da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), viu a sua popularidade aumentar desde o anúncio, em 21 de agosto [2024], do apoio à candidatura de Mondlane nas presidenciais, em resultado de um 'acordo político', pouco tempo depois de Mondlane ter a sua coligação (CAD) rejeitada pelo Conselho Constitucional por 'irregularidades' (VENÂNCIO MONDLANE ACUSA..., 2024).

fim de semana, Dinis Tivane, assessor jurídico de Venâncio Mondlane, classificou a posição do presidente do PODEMOS de 'traição ao povo'. 'Porque o povo está a fazer uma luta', lembra. 'E mais do que isso, o partido PODEMOS, na nossa contagem paralela, teve 138 assentos. Qual é a razão de correr para tomar posse de 40 e tal assentos quando merece 138? Porque está a correr para pegar os 40, que não vai perder, e deixar para trás os 90, que são a razão da luta do povo moçambicano?', questiona o assessor (Silva, 2025).

Inferindo-se, assim, que toda esta conjuntura que norteia os partidos de “oposição” em Moçambique pode causar dúvida na própria FRELIMO sobre se seria viável deixar-se vencer. Uma vez que seria ingênuo pensar que a FRELIMO poderia ter possibilidades de alguma vez retornar ao poder por via do mesmo sistema e regime que tem usado para se manter no poder. O receio ou mesmo a convicção de que quem quer que seja que consiga “tirar” a FRELIMO do poder, em Moçambique, seguirá a mesma filosofia de governação totalitária e autoritária exercida por este partido governamental não deve ser, por isso, descartada.

Após esta vasta exposição sobre os valores e atitudes que tem minado o fortalecimento de uma Cultura Política participativa nos partidos e oposição em Moçambique, segue-se para a apreciação dos desafios que Moçambique enfrenta para a consolidação de uma democracia participativa.

7 Desafios para a consolidação do regime democrático em Moçambique

Esta temática orienta-se pelos estudos descritivos e quantitativos que evidenciam a repressão de espaços de ativismo em prol de uma vivência livre e democrática dos processos de participação cívica de orientação crítica à governação vigente em Moçambique. O artigo “Terceira onda (inversa) da desdemocratização em Moçambique: processo e dinâmicas”, de Eduardo Siteo (2024), descreve os principais fatores que contribuem para a fraca qualidade democrática que tem marcado o país. Para Siteo (2024, p. 48-49):

no rol das variáveis de 'retrocesso democrático' a intensificação da repressão, a fraude eleitoral no dia das eleições, a mutilação das liberdades de expressão e de imprensa, o fechamento de espaços da sociedade civil e a concentração gradual do poder no executivo. [...] a manifestação da violência política e da violência eleitoral e que, no contexto de Moçambique, sintetizam o essencial da deterioração da qualidade da democracia no País.

Ainda de forma descritiva, a publicação “Participação política da juventude em Moçambique” (IMD, 2021b p. 9), confirma a “escassez” de espaços de participação dos jovens moçambicanos, que tem se concretizado, quase exclusivamente, por meio de pleitos eleitorais e da sociedade civil. Este cenário se mostra preocupante, uma vez que a base da pirâmide populacional moçambicana é preenchida por jovens com idade igual ou inferior a 25 anos. Dados retirados da publicação “Os desafios da juventude num contexto de crise e polarização em Moçambique”, do Centro para Democracia e Direitos Humanos de Moçambique (CDD, 2025, p. 1), assinalam que

O Censo de 2017 [realizado a cada dez anos], realizado pelo Instituto Nacional de Estatística, indicou que 66% da população moçambicana era composta por pessoas com menos de 25 anos de idade. Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA), cerca de 80% da população têm menos de 35 anos, evidenciando que Moçambique é uma nação jovem.

Segundo este documento, esta característica demográfica da sociedade moçambicana constitui uma janela de oportunidade para o favorecimento de políticas públicas associadas à juventude nas áreas “saúde, educação, habitação e emprego” (CDD, 2025, p. 1). No entanto, devido à partidarização do Estado, afirma o CDD (2025, p. 1), prevalece a marginalização e exclusão dos jovens nestas políticas “frequentemente criticadas pelo facto de o seu acesso estar associado politicamente ao partido no poder, o que compromet[e] a sua abrangência e imparcialidade”. O CDD (2025, p. 2-3) também apresenta as sete principais áreas que constituem desafios para a efetiva participação dos jovens nos processos democráticos em Moçambique, nomeadamente: 1) desemprego exacerbado devido, como já referido, a deficiências na aplicação de políticas públicas para a juventude, mas igualmente a falta de qualificação técnica e académica fazendo com que o setor informal seja a única via de sobrevivência; 2) conflitos político-militares e terrorismo na província nortenha Cabo-Delgado que têm comprometido o incentivo a investimentos comerciais e fragilizado as potencialidades dos jovens; 3) fraco acesso aos cuidados de saúde com destaque para a sexual, reprodutiva e mental; 4) uso de drogas ilícitas nas zonas urbanas face a problemas de inserção social e alternativas de lazer; 5) falta de engajamento político e de políticas de representatividade juvenil nos espaços de tomada de decisão; 6) baixa representatividade juvenil em espaços de tomada de decisão; 7) fraca capacidade de integrar jovens na implementação de políticas de acesso à terra e projetos de desenvolvimento nas áreas rurais.

Para consubstanciar, incluem-se os dados quantitativos do IMD (2021b, p. 12) que mostram que a participação dos jovens na Assembleia da República (AR) segue uma tendência decrescente, fato comprovado pelo número mais elevado de jovens registado na IVª legislatura (1995-1999), com 68 deputados, e o mais baixo na IXª legislatura (2020-2024), com 17. Esta diferença de 51 deputados entre os dois períodos indica uma diminuição significativa da representação jovem ao longo do tempo em Moçambique.

Paralelamente, análises do *Democracy Index 2024* (2025, p. 75-77) apresentam uma tendência decrescente no que se refere ao respeito das liberdades civis em Moçambique. Segundo este relatório, registraram-se atitudes de restrição à internet durante o período pós-eleitoral em Moçambique, como forma de o governo moçambicano limitar a adesão dos jovens aos protestos desencadeados pela falta de transparência do processo eleitoral que decorreu em 2024. O documento também apresenta a descrição de práticas de transgressão ao direito à manifestação pós-eleitoral que tiveram lugar em 2024, ilustrando que

Em países como o Chade, as Comores e Moçambique, os partidos no poder recorreram a táticas como intimidação de eleitores, repressão à dissidência e manipulação flagrante dos resultados eleitorais, o que frequentemente resultou em episódios de violência durante os períodos eleitorais (Economist Intelligence, 2025, p. 76, tradução livre da autora).

De forma concreta exemplifica-se o ambiente de inibição de liberdades civis com casos de silenciamento de vozes que pautavam pela causa da justiça eleitoral em Moçambique. A 19 de outubro de 2024, Elvino Dias, assessor jurídico de Venâncio Mondlane, e Paulo Guambe, mandatário do partido PODEMOS foram assassinados com 25 tiros, na cidade de Maputo, na viatura em que seguiam.

Particularmente, Elvino Dias estava a desempenhar um papel significativo para reunir evidências de fraude no processo eleitoral de 9 de outubro de 2024. A revista online Sábado publicou:

'Advogado do candidato à presidência Venâncio Mondlane assassinado em Maputo'. [...] Elvino encabeçava ainda o processo de impugnação eleitoral, organizando provas que seriam levadas ao Conselho Constitucional, último decisor em matéria eleitoral, na tentativa de anular o escrutínio (Almada, 2024).

A DW, por seu turno, explica que a polícia moçambicana evocou motivos passionais para a morte de Elvino Dias, argumentos que prontamente foram sendo contestados pela sociedade civil moçambicana que alegou não ser possível desconectar o crime ao momento político. A DW noticiou: "Morte de Elvino Dias: 'ato hediondo e de intimidação'. Multiplicam-se as reações à morte de Elvino Dias. PRM fala em 'assuntos conjugais'. Analistas ouvidos pela DW entendem que mortes são 'tentativa de silenciar' o povo e 'não se podem dissociar do processo eleitoral'" (Loureiro; Issufo, 2024). O Público também destacou:

'Homicídio de Elvino Dias e Paulo Guambe são 'mancha indelével' nas eleições em Moçambique'. Homicídio de Elvino Dias e Paulo Guambe são "mancha indelével" nas eleições em Moçambique. João Cravinho, que liderou a Missão de Observação Eleitoral da CPLP, diz que 'não é possível dissociar' as mortes da eleição. Portugal 'condena' e UE fala em 'assassinatos com motivações políticas' (HOMICÍDIO..., 2024).

15

A 7 de outubro de 2023, Anastácio Matavel, membro da Plataforma de Observação Eleitoral Conjunta (Sala da Paz) e diretor executivo do Fórum das Organizações Não-Governamentais de Gaza (província a Sul de Moçambique) foi assassinado com 13 tiros. Refira-se que as eleições autárquicas iriam decorrer a 11 de outubro de 2023. A DW reportou:

'Assassinado observador eleitoral em Gaza' [...] 'Ação contra observadores eleitorais': Carlos Mhula, da liga dos Direitos Humanos em Gaza, afirma que 'esta ação macabra confirma as ameaças que são alvos os observadores eleitorais nacionais'. Por outro lado [...] destaca que a contundência do crime é uma clara intimidação à participação na vida política em Moçambique e também uma ameaça à democracia (Matsinha, 2023).

Gilles Cistac, constitucionalista naturalizado moçambicano (nascido na França: 1961-2015), foi mortalmente baleado a 3 de março de 2015 na cidade capital de Maputo, crime ainda por resolver. Segundo Issufo (2018), da DW, em "Assassinato de Gilles Cistac completa três anos", recordou que uma das supostas causas da sua morte pode estar relacionada aos seus pronunciamentos públicos sobre a possibilidade de, perante a Constituição de Moçambique, a RENAMO poder governar nas províncias onde obteve vitória nas eleições gerais de 15 de outubro de 2014:

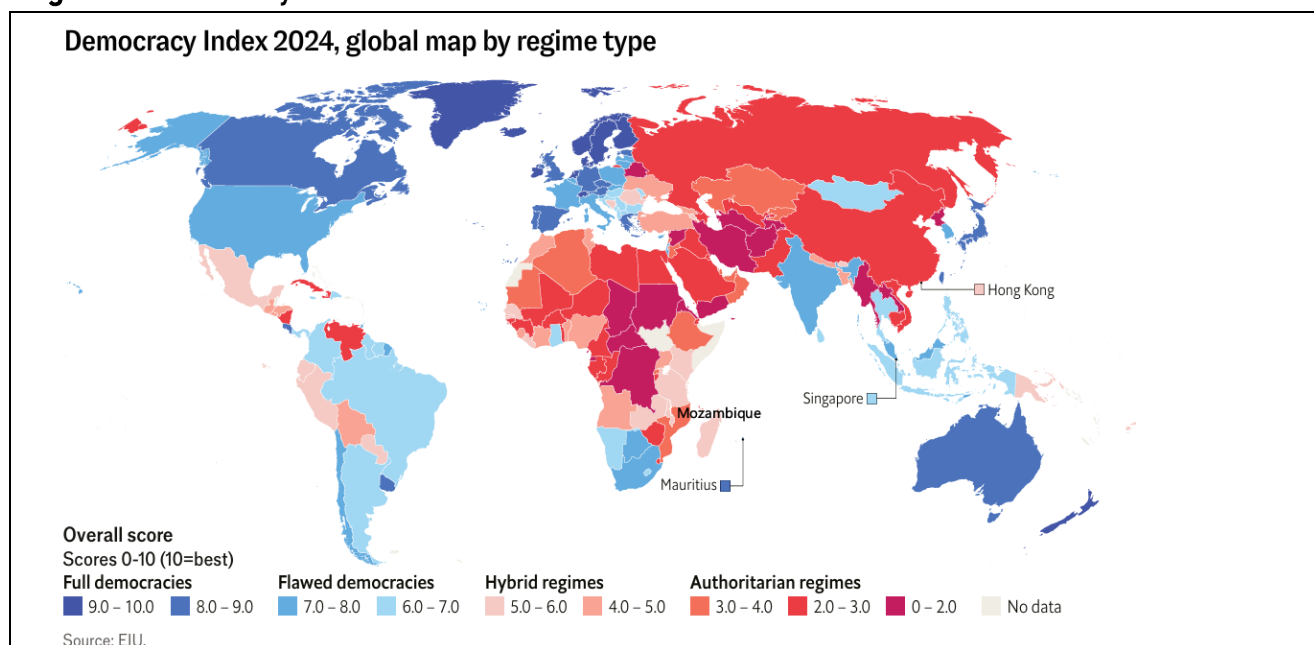
'Relembre o caso': O constitucionalista foi assassinado no centro da capital moçambicana [...] Maputo, a 3 de Março de 2015, depois de ter considerado publicamente que não havia impedimento constitucional à pretensão do Maior partido da oposição, a RENAMO, de criar governos provinciais autónomos nos locais onde saiu vencedora nas últimas eleições gerais. Também dias antes do seu assassinato, Gilles Cistac estava a ser alvo de discriminação

racista e a ser acusado por figuras não devidamente identificadas nas redes sociais de promover a subversão no país (Issufo, 2018).

Manifestações de repúdio à morte de Gilles Cistac tiveram lugar em Maputo, a 7 de março de 2015, na qual se exigia o respeito à liberdade de expressão. Os “cartazes da manifestação diziam: ‘Não me calo, *je suis* Cistac’, ‘Queremos viver sem medo’; ‘Calou-se uma voz, levantaram-se milhares’”, indica o artigo “Cidadania digital e cultura de protesto em Moçambique: liberdade de expressão em julgamento”, de Tânia Machonisse e Orquídea Ribeiro (2024, p. 18).

Todo este cenário classifica Moçambique como um país de regime autoritário, pelo *Democracy Index 2024* (Economist Intelligence, 2025), no qual o país ocupa a posição 113 no ranking democrático, numa lista liderada pela Noruega e que conta com o Afeganistão como o último classificado, na posição 167 dos países analisados. As figuras 1 e 2, abaixo, confirmam.

Figura 1 – Democracy index 2024



Fonte: Economist Intelligence (2025, p. 12)

Figura 2 – Democracy index 2024

Democracy Index 2024								
	Overall score	Rank	Change in rank from previous year	I Electoral process and pluralism	II Functioning of government	III Political participation	IV Political culture	V Civil liberties
Turkey	4.26	103=	-1	3.50	4.64	6.11	5.00	2.06
Côte d'Ivoire	4.22	105	0	4.33	2.86	4.44	5.63	3.82
Nigeria	4.16	106	-2	5.17	3.57	3.89	3.75	4.41
Angola	4.05	107	0	4.50	2.86	5.56	5.00	2.35
Authoritarian								
Mauritania	3.96	108	0	3.50	3.21	5.56	3.13	4.41
Lebanon	3.56	109	3	3.08	0.79	6.67	3.13	4.12
Algeria	3.55	110	0	3.08	2.50	3.33	5.00	3.82
Kyrgyz Republic	3.52	111	-2	3.42	1.86	3.89	3.13	5.29
Palestine	3.44	112	3	1.58	0.00	8.33	3.75	3.53
Mozambique	3.38	113	0	1.67	1.43	5.56	5.00	3.24
Rwanda	3.34	114	3	1.42	4.29	3.33	5.00	2.65

Fonte: Economist Intelligence (2025, p. 19)

8 Considerações finais

“Desafios para a vivência de uma Cultura Política participativa em Moçambique” pretendeu refletir, à luz da teorização sobre Cultura Política participativa, as dinâmicas históricas que têm orientado os valores e as atitudes que permeiam os partidos políticos tanto de governação, como de “oposição”. Este estudo também abordou os fatores ligados à deficiente implementação de políticas públicas para os jovens, partidarização do Estado e aos atropelos dos direitos humanos fundamentais que têm conduzido ao declínio da qualidade democrática em Moçambique. Estes debates possibilitaram a compreensão dos constrangimentos que os partidos políticos de “oposição” enfrentam para a democratização dos seus processos de gestão interna, como para o formato de governação autoritária que sustenta o partido no poder, a FRELIMO. Por outro lado, ficou demonstrado que o exercício da cidadania ativa e participativa encontra barreiras significativas em Moçambique. Assim acontece porque persiste a baixa representatividade dos jovens nos principais órgãos de decisão, o fechamento de espaços e silenciamento de vozes que buscam alternativas/soluções para maior abertura de oportunidade de participação cívica. Contrariamente, verifica-se que atitudes proativas e concordantes com os desígnios democráticos de caris crítico têm sido valorizadas como ameaça e não um ativo para o fortalecimento dos processos de participação política democrática em Moçambique.

Referências

ALMADA, João Vaz de. Advogado do candidato à presidência Venâncio Mondlane assassinado em Maputo. *Sábado*, 19 out. 2024. Disponível em: <<https://www.sabado.pt/mundo/detalhe/advogado-do-candidato-a-presidencia-venancio-mondlane-assassinado-em-maputo>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. New Jersey: Princeton University Press, 1963.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Pierre; SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BUSSOTTI, Luca. Moçambique: o papel das eleições na “transição inversa” (2009–2019). *Cadernos de Estudos Africanos*, n. 45, p. 61–83, 2023.

CARVALHO, Nelson. MDM lidera em Nampula e população exige cumprimento de promessas. *DW*, 3 dez. 2013. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/mdm-lidera-em-nampula-e-popula%C3%A7%C3%A3o-exige-cumprimento-de-promessas/a-17268924>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

CDD (CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS). Política moçambicana: entre sacrifícios e apertos de cinto, moçambicanos continuam na luta pela reposição da justiça eleitoral 2024. Disponível em: <<https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Entre-sacrificios-e-apertos-de-cinto-Mocambicanos-continuem-na-luta-pela-reposicao-da-justica-eleitoral-.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

CDD (CENTRO PARA DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS). Política moçambicana: os desafios da juventude num contexto de crise e polarização em Moçambique, 2025. Disponível em: <<https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2025/02/Os-Desafios-da-Juventude-num-Contexto-de-Crise-e-Polarizacao-em-Mocambique.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

CHICHAHA, Sérgio. Movimento democrático de Moçambique: uma nova força política na democracia moçambicana?. *Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE)*, n. 2, p. 1–32, 2010.

CNE afasta Venâncio Mondlane da corrida autárquica. *DW*, 21 ago. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/cne-mo%C3%A7ambicana-afasta-ven%C3%A2ncio-mondlane-da-corrida-aut%C3%A1rquica/a-45151648>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

CONSELHO Constitucional de Moçambique declara vitória do candidato da Frelimo Daniel Chapo. *Euronews*, 23 dez. 2014. Disponível em: <<https://pt.euronews.com/2024/12/23/conselho-constitucional-de-mocambique-declara-vitoria-do-candidato-da-frelimo-daniel-chapo>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

DALTON, Russell; WELZEL, Christian. Political culture and valuechange. In: DALTON, Russell; WELZEL, Christian. *The civic culture transformed: from allegiant to assertive citizens*. New York: Cambridge University Press, 2014.

DARAME, Braima. Autárquicas: quem venceu nas principais cidades de Moçambique. *DW*, 17 out. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/aut%C3%A1rquicas-quem-venceu-nas-principais-cidades-de-mo%C3%A7ambique/g-45914077>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

DE CASTRO, Henrique. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 2, n. 1, p. 1–32, 2008.

DE SOUZA, José; GIACOMONI, Cristian. Análise documental como ferramenta metodológica em história da educação: um olhar para pesquisas locais. *Cadernos CERU*, v. 32, n. 1, p. 139–156, 2021.

DIAMOND, Larry. Introduction: political culture and democracy. In: DIAMOND, Larry. *Political culture and democracy in developing countries*, London: Lynne Rienner Publishers, 1994.

DINERMAN, Alice. Moçambique depois do socialismo: a independência revisitada. *Relações Internacionais*, v. 15, n. 1, p. 101-124, 2007.

“DIVÓRCIO” no Movimento Democrático de Moçambique. *Voz da América (VOA)*, 29 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/div%C3%B3rcio-no-movimento-democr%C3%A1tico-de-mo%C3%A7ambique/4460207.html>>. Acesso em: 23 jan. 2025.

ECONOMIST INTELLIGENCE. *Democracy Index 2024*. 2025. Disponível em: <<https://www.eiu.com/n/campaigns/democracy-index-2024/>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

FRELIMO lidera perdendo Beira, Quelimane e Gurué. *Expresso*, 21 nov. 2013. Disponível em: <<https://expresso.pt/internacional/frelimo-lidera-perdendo-beira-quelimane-e-gurie=f842123>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

FUTURO DE MAHAMUDO Amurane no MDM será decidido no dezembro próximo. *@Verdade*, 31 mar. 2017. Disponível em: <<https://verdade.co.mz/futuro-de-mahamudo-amurane-no-mdm-sera-decidido-no-dezembro-proximo/>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

FUTURO do parlamento em Moçambique. *Voz da América (VOA)*, 17 nov. 2009. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/a-38-2009-11-17-voa4-92246119/1256253.html>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

HEIMER, Franz-Wilhelm; VALA, Jorge; VIEGAS, José. Cultura política: uma leitura interdisciplinar. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n. 8, p. 9-28, 1990.

HOMICÍDIO de Elviro Dias e Paulo Guambe são “mancha indelével” nas eleições de Moçambique. *Pública*, 19 out. 2024. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2024/10/19/mundo/noticia/homicidio-elviro-dias-paulo-guambe-sao-mancha-indelevel-eleicoes-mocambique-2108608>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

IMD (INSTITUTO PARA DEMOCRACIA MULTIPARTIDÁRIA). Acordo de Paz e reconciliação de Maputo: um ano depois – lições e cenários. 2020. Disponível em: <<https://www.imd.org.mz/index.php/centros-de-recursos/publicacoes-do-imd/paz-e-reconciliacao/pb5-acordo-de-paz-e-reconciliacao-de-maputo-um-ano-depois>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

IMD (INSTITUTO PARA DEMOCRACIA MULTIPARTIDÁRIA). Fim do DDR em Moçambique: que caminhos para o futuro?, 2023. Disponível em: <<https://www.imd.org.mz/index.php/imprensa/noticias/524-imd-considera-ser-fundamental-se-alargar-o-dialogo-sobre-a-paz-e-reconciliacao>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

IMD (INSTITUTO PARA DEMOCRACIA MULTIPARTIDÁRIA). Um ano da implementação de DDR: avanços e desafios para a sustentabilidade, 2021a. Disponível em: <<https://www.imd.org.mz/index.php/centros-de-recursos/publicacoes-do-imd/paz-e-reconciliacao/um-ano-do-ddr-em-mocambique-avanco-e-desafios-julho-de-2021>>. Acesso em: 8 dez. 2024.

IMD (INSTITUTO PARA DEMOCRACIA MULTIPARTIDÁRIA). Participação política da juventude em Moçambique. 2021b. Disponível em: <<https://imd.org.mz/index.php/centros-de-recursos/publicacoes-do-imd/juventude/estudo-sobre-participacao-politica-da-juventude-em-mocambique-2021>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

ISSUFO, Nádia. Assassinato de Gilles Cistac completa três anos. *DW*, 5 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/assassinato-de-gilles-cistac-completa-tr%C3%AAs-anos-e-segue-sem-resolu%C3%A7%C3%A3o/a-42837555>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*, v. 13, n. 24, p. 227-250, 1999.

LEMONS, Flávia; GALINDO, Dolores; REIS JÚNIOR, Leandro; MOREIRA, Marcelo; BORGES, Amanda. Análise documental: algumas pistas de pesquisa em psicologia e história. *Psicologia em Estudo* v. 20, n. 3, p. 461-469, 2015.

LIMA JÚNIOR, Eduardo; OLIVEIRA, Guilherme de; SANTOS, Adriana dos; SCHNEKENBERG, Guilherme. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da Fucamp*, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.

LOUREIRO, Raquel; ISSUFO, Nádia. Morte de Elvino Dias: “ato hediondo de intimidação”. *DW*, 19 out. 2024. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/morte-de-elvino-dias-ato-hediondo-e-de-intima%C3%A7%C3%A3o/a-70541747>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. *Pesquisa em educação*. abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U, 2012.

LUTERO Simango sucede ao irmão na liderança do terceiro maior partido de Moçambique. *Público*, 5 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2021/12/05/mundo/noticia/lutero-simango-sucede-irmao-lideranca-terceiro-maior-partido-mocambique-1987547>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

LUTXEQUE, Sitori. Edil de Nampula assassinado. *DW*, 5 out. 2017. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/mahamudo-amurane-assassinado-em-nampula/a-40808349>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

MACHONISSE, Tânia; RIBEIRO, Orquídea. Cidadania digital e cultura de protesto em Moçambique: liberdade de expressão em julgamento. *RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*, v. 10, n.1, p. 1-27, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/2402>>. Acesso em: 23 ago. 2025.

MACUANE, Jaime. Crise e conflito: a economia política da conflitualidade em Moçambique na perspectiva dos arranjos políticos. *Observatório do meio rural*, n. 294, p. 1-13, 2024. Disponível em: <<https://omrmz.org/wp-content/uploads/2024/08/DR-294-1.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2024.

MDM venceu eleição repetida no Gurúè. *Diário de Notícias*, 9 fev. 2014. Disponível em: <<https://www.dn.pt/arquivo/diario-de-noticias/mdm-venceu-eleicao-repetida-no-gurue.html>>. Acesso em: 24 jan. 2025.

MASCHIETTO, Roberta. Os desafios e a resiliência da democracia em Moçambique. *CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs*, n. 6, p. 155-175, 2023.

MATSINHE, Carlos. Assassinado observador eleitoral em Gaza. *DW*, 7 out. 2019. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/v%C3%ADtima-de-baleamento-assassinado-observador-eleitoral-em-gaza/a-50728376>>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MOISÉS, José. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43, 2008.

MONDLANE excluído dos candidatos à presidência da RENAMO. *DW*, 14 maio 2024. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/mondlane-exclu%C3%ADdo-dos-candidatos-%C3%A0-presid%C3%A2ncia-da-renamo/a-69080623>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

PIANA, Maria. *A construção do perfil do assistente social no cenário educacional*. São Paulo: Unesp, 2009.

PODEMOS vai suportar candidatura de Venâncio Mondlane. *Folha de Maputo*, 22 ago. 2024. Disponível em: <<https://www.folhademaputo.co.mz/pt/noticias/nacional/podemos-vai-suportar-candidatura-de-venancio-mondlane/>>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SÁ-SILVA, Jackson; ALMEIDA, Cristóvão de; GUINDANI, Joel. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SILVA, Carolina. As eleições e a democracia moçambicana. *JANUS 2015-2016-Integração regional e multilateralismo*, p. 34-35, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.grupoautonoma.pt/server/api/core/bitstreams/3e8c5af7-f10f-49f0-a885-2320808e9695/content>>. Acesso em: 11 dez. 2024.

SILVA, Romeu. Moçambique: Mondlane e PODEMOS de costas voltadas. *DW*, 5 jan. 2025. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-mondlane-e-podemos-de-costas-voltadas/a-71221394>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SITOE, Eduardo J. Terceira onda (inversa) da desdemocratização em Moçambique: processo e dinâmicas. In: CHAIMITE, Egídio; MUIANGA, Carlos; SAMBO, Michael; SIÚTA, Moisés (org.). *Desafios para Moçambique (2023-2024)*. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2024, p. 31-55.

TAVARES, Vera Covelo. Renúncia de Manuel de Araújo é “golpe muito duro para o MDM”. *DW*, 19 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/ren%C3%BAncia-de-manuel-de-ara%C3%BAjo-%C3%A9-golpe-muito-duro-para-o-mdm/a-44750935>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

VASCO, Domingos. Reinventar a paz e reconciliação nacional a paz e reconciliação nacional em Moçambique. *Revista Portuguesa de Ciências e Saúde*, v. 3, n. 2, p. 19-30, 2022.

VENÂNCIO MONDLANE ACUSA presidente do Podemos de violar acordo. *Observador*, 5 jan. 2025. Disponível em: <<https://observador.pt/2025/01/05/venancio-mondlane-acusa-presidente-do-podemos-de-violar-acordo/>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

VENÂNCIO Mondlane excluído dos candidatos à presidência da moçambicana Renamo. *Pública*, 15 maio 2024. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2024/05/15/mundo/noticia/venancio-mondlane-excluido-candidatos-presidencia-mocambicana-renamo-2090515>>. Acesso em: 23 jan. 2025.

VENÂNCIO MONDLANE é “novo” reforço da RENAMO. *DW*, 17 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/ven%C3%A2ncio-mondlane-%C3%A9-novo-refor%C3%A7o-da-renamo/a-44710194>>. Acesso em: 28 jan. 2025.

WEIMER, Bernhard. *O “novo paradigma” da descentralização em Moçambique*. actualização da análise de economia política. *Agência Suíça de Desenvolvimento e Cooperação*, 2021. Disponível em: <https://www.academia.edu/76123448/The_New_Paradigm_of_Decentralization_in_Mozambique_A_Political_Economy_Analysis_Update_Policy_Paper>. Acesso em: 8 dez. 2024.

WEIMER, Bernhard. *Representar palavras com acções?*. uma perspectiva crítica sobre paz sustentável e reconciliação em Moçambique. Friedrich-Ebert-Stiftung, 2020. Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/fes-pscc/16665.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2024.

Artigo recebido em: 21/06/2025.

Aprovado em: 19/09/2025.

Tânia Machonisse (tdmachonisse@utad.pt) é investigadora na área dos Estudos Culturais e da Comunicação, com ênfase em temas como cidadania digital, memória, culturas de protesto e identidade cultural. É Doutora em Ciências da Cultura pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). Mestre em Comunicação pela University of Southern Indiana (EUA). Pós-Graduada em Estudos Internacionais de Gênero pela Universidade da Islândia (Islândia). Licenciada em Jornalismo pela Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique).

22

Desafios para a vivência de uma cultura política participativa em Moçambique

Resumo. O cenário político moçambicano, marcado por protestos pós-eleitorais desde a década de 2010 até 2025, evidencia uma crise de legitimidade do governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), no poder há 50 anos (1975-2025). Construída sobre o ideal de unidade nacional e liderança no processo de independência em 1975 do regime colonial de Portugal, a FRELIMO implementou um regime centralizado de gestão do Estado, fundamentado na ideologia marxista-leninista. Contudo, a repressão de alternativas políticas fomentou o surgimento da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), desencadeando uma guerra civil de 1977-1992. O Acordo Geral de Paz de 1992 abriu espaço para a democracia multipartidária, mas a permanência de resquícios autoritários tem dificultado uma transição política plena. A partir da pesquisa bibliográfica e documental, incluindo artigos jornalísticos, *newsletters* e relatórios sobre a participação política em Moçambique, o estudo identifica padrões de manutenção do poder pela FRELIMO, explorando tanto a fragilidade dos partidos de oposição quanto a partidarização das instituições do Estado.

Palavras-chave: Moçambique; Cultura política participativa; Protestos pós-eleitorais

Challenges in fostering a participatory political culture in Mozambique

Abstract. The Mozambican political landscape, marked by post-election protests from the 2010s to 2025, highlights a legitimacy crisis for the ruling party, the Front for the Liberation of Mozambique (FRELIMO), which has been in power for 50 years (1975-2025). Founded on the ideal of national unity and leadership in the independence process from Portugal's colonial rule in 1975, FRELIMO established a centralized state administration based on Marxist-Leninist ideology. However, the repression of political alternatives fostered the emergence of the Mozambican National Resistance (RENAMO), triggering a 16-year civil war (1976-1992). The General Peace Agreement (1992) paved the way for multiparty democracy, yet lingering authoritarian tendencies have hindered a full political transition. Based on bibliographic and documentary research - including journalistic articles, Newsletters and reports on political participation in Mozambique - this study identifies patterns in FRELIMO's power retention, examining both the weakness of opposition parties and the politicization of state institutions.

Keywords: Mozambique; Participatory political culture; Post-election protests